RESUMOS DE DISSERTAÇÕES E TESES

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: A QUESTÃO DA FORMAÇÃO DO FORMADOR NO BRASIL E EM CUBA

SOUSA, Joceli de Fátima Arruda

Nesta pesquisa, objetivou-se refletir sobre as políticas de formação de professores no Brasil e em Cuba, focando a questão da formação de formadores. Histórica e resumidamente mostrou-se o quadro educativo e de formação docente nos dois países até chegar à especificidade da docência em nível superior. Buscou-se a reflexão de vários aspectos fundamentais para o desenvolvimento da educação, dentre eles a relação entre teoria e prática e como esta se dá atualmente na formação pedagógica dos docentes. Para tanto, os estudos realizados basearam-se em vários autores, pesquisadores brasileiros e cubanos. Analisaram-se os pressupostos teóricos subjacentes às Leis de Diretrizes e Bases (lei nº 9.394/96), bem como as políticas e normas que norteiam a operacionalização dessa lei no Brasil e, paralelamente a política de educação cubana e seu projeto de formação docente para o nível superior. A partir da análise da formação docente no Brasil e em Cuba e, feitas as considerações teóricas necessárias, partiu-se para um estudo comparado da formação dos formadores nos dois países, a fim de apresentar indicações para a formulação de uma política específica para esse fim no Brasil.

Palavras-chave: política educacional; formação docente; formação do formador; especificidade da docência no nível superior.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA PROPOSTA DE CONCÓRDIA À LUZ
DA CONCEPÇÃO DE ESCOLA UNITÁRIA DE GRAMSCI

VENDRAME, Liane Vizzotto

A presente pesquisa procura discutir os limites e as possibilidades da Proposta de Educação do Campo do Município de Concórdia, vista a tradicional dualidade cidade/campo. As análises tiveram como referência a concepção de Escola Unitária, de Gramsci, cuja preocupação residia na elaboração de uma escola que superasse a desigualdade entre escola para dirigentes e para trabalhadores. Dessa forma, os fundamentos marxistas permearam as análises, dada a opção por uma concepção de educação socialista, baseada no método do materialismo histórico-dialético. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, teve-se a preocupação de explicitar os conceitos teóricos acerca da educação, suas origens, bem como da escola única liberal, esta, oposta à escola única de Gramsci. Também se contextualiza o modelo de desenvolvimento agrário do país, a partir das mudanças econômicas, políticas e culturais, ocorridas no modo de produção capitalista que, por sua vez, influencia a educação do campo. Na década de 1980, os movimentos sociais do campo, principalmente o MST, reivindicam uma escola específica. A partir de 2001, o município de Concórdia, a partir das proposições nacionais também elabora uma proposta de educação para as escolas do campo de classes multisseriadas. Procura-se evidenciar que a referida proposta, nas suas duas versões, apresenta limites e possibilidades em relação às questões de acesso, qualidade, definição de bases teóricas e metodológicas.

Palavras-chaves: educação do campo; dualidade; escola unitária; escola única liberal.

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS DA LEGISLAÇÃO
RELACIONADOS À PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA E À QUALIDADE DO ENSINO, 1990-2006.

ANDRICH, Emir Guimarães

Este trabalho analisa as transformações ocorridas no sistema de educação superior brasileiro no período de 1990 a 2006. O texto apresenta como fundamento das recentes mudanças a crise do Estado de bem-estar social e a conseqüente redução da participação dos estados nacionais no financiamento dos serviços públicos, principalmente da educação superior. Examina as diretrizes para esse nível de ensino nos documentos elaborados pelos organismos multilaterais (Banco Mundial e UNESCO) e traça um paralelo com as medidas implementadas no Brasil. Para demonstrar como essas diretrizes foram introduzidas no país, analisa a legislação recente (Constituição de 1988, LDB e Decretos Regulamentadores) privilegiando os aspectos que facilitaram e incentivaram a enorme expansão do sistema privado verificada a partir da segunda metade da década de 1990. A título de ilustração, utiliza dados do Censo da Educação Superior do Estado do Paraná para demonstrar os impactos regionais das medidas implantadas pelo poder público federal. Para dar continuidade ao estudo da legislação relacionada ao processo de privatização do sistema, finalmente analisa o Decreto 5773 (Decreto-ponte) e o Projeto de Lei da Reforma Universitária, em tramitação no Congresso Nacional. O exame de todos os documentos e dados estatísticos evidencia que nos últimos quinze anos o sistema superior de ensino brasileiro caminhou no sentido de um aprofundamento do processo de diversificação institucional, acentuando a distância das várias formas de organização acadêmica em termos de qualidade, produção de novos conhecimentos e compromisso social.

Palavras-chave: Educação superior; neoliberalismo; organismos multilaterais; legislação; Paraná; Decreto-ponte; Reforma Universitária.

OS MECANISMOS DE CONTROLE DA ORGANIZAÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA NA
GESTÃO ESCOLAR PÚBLICA PARANAENSE (1995-2002)

FERREIRA, Lize Helena

Este trabalho tem por objetivo analisar os mecanismos de controle da organização capitalista contemporânea, presentes na gestão das escolas públicas do Paraná, no período de 1995-2002. Busca-se estabelecer os nexos existentes entre as práticas de produção, organização e disseminação ideológica, utilizadas pela gestão central da Secretaria de Estado da Educação, e o movimento do capitalismo, face à crise que se instalou no último quarto do século XX. Dessa forma, a partir da delimitação de um conceito de Estado, procede-se a uma análise sobre o Estado capitalista contemporâneo, a fim de configurar o movimento histórico que torna internacionalmente hegemônico o projeto neoliberal; da reestruturação capitalista decorre a reforma gerencial do Estado brasileiro. Para compreender a supremacia do projeto neoliberal do Brasil, adentrou-se no período da transição democrática (são analisadas as décadas de 1980 e de 1990). Como a nova administração pública, advinda da reforma gerencial, circunscreve-se nos pressupostos da administração da empresa capitalista, são transpostos, também, para esta, os seus mecanismos de controle. Conclui-se que o governo do Paraná, no período estudado, constitui-se em uma administração pública alinhada ao ideário neoliberal do governo federal e dos organismos internacionais e, como tal, passa a administrar a educação sob os mesmos pressupostos. Estes se materializam na forma posta de descentralização, autonomia e participação, premissas que permeiam a reorganização técnico-administrativa da Secretaria de Estado da Educação. Dentro deste projeto, a gestão escolar assume centralidade e, ideologicamente, é denominada de “Gestão Compartilhada” (1995-1998) e de “Gestão Participativa por Resultados” (1992-2002). Na subjacente tecnologia de gestão comportamental, os profissionais da educação pública paranaense, em especial os diretores escolares, são submetidos aos esquemas de controle para o gerenciamento da subjetividade.

Palavras-chave: administração educacional gerencial; mecanismos de controle ideológicos; gestão escolar.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ – AVA –
1995/2002: UMA AVALIAÇÃO A SERVIÇO DA FORMAÇÃO HUMANA, OU DE
FAVORECIMENTO AO MERCADO ECONÔMICO?

GONÇALVES, Luzia de Fátima

Este trabalho pretende analisar os fundamentos do Programa de Avaliação do Sistema Educacional do Paraná – AVA - desenvolvido no período de 1995 a 2002, sendo este constituinte e constituído do conjunto de políticas para a reforma da educação básica e do Estado nacionais. Aborda-se este Programa de Avaliação, estabelecendo suas relações com os pressupostos do Estado avaliador, com as orientações dos organismos internacionais e com as políticas nacionais de avaliação empreendidas na década de 90, ressaltando-se que estas vêm na contramão de uma avaliação a serviço da emancipação humana. Diante do exposto, este trabalho de pesquisa inicialmente traz uma abordagem acerca da evolução do campo conceitual da avaliação, ressaltando que este é amplamente atravessado pela dinâmica da vida social. Em seguida, faz-se uma análise acerca da intensificação da avaliação educacional em larga escala, na década de 90, e suas relações com as reformas educacionais, destacando as políticas de descentralização adotadas pelo governo brasileiro e suas implicações com a avaliação. Ainda, procura-se evidenciar, nesta pesquisa, a gênese do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB - e das avaliações em larga escala, na educação básica, nos estados da federação brasileira. Para então, desvelar mais amplamente os fundamentos do Programa de Avaliação do Sistema Educacional do Paraná – AVA: 1995-2002.

Palavras-chave: Reforma Educacional; Avaliação em Larga Escala; Programa de Avaliação do Sistema Educacional do Estado do Paraná.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO: A LEI 10639/03 NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da

Através da análise da Lei 10639/03, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todos os estabelecimentos de ensino da educação básica, em vigor desde 09 de janeiro de 2003, este trabalho traz uma reflexão sobre as contradições presentes no debate das políticas de ações afirmativas para o negro brasileiro, bem como tenta verificar em que medida essas políticas contribuem com a luta pela superação da ordem econômica vigente, ou obstaculizam essa superação. A Lei 10639/03 chega ao Estado Brasileiro no bojo do debate da implantação das políticas de ações afirmativas para a população negra que, embora reivindicadas pelo movimento social negro, compõem o discurso estratégico dos organismos internacionais que defendem a instituição de políticas sociais focalizadas para os mais pobres, entre quais, os negros. A análise realizada não nega as positivities das reivindicações do movimento social negro, porém tenta colocá-las dentro do atual contexto de desenvolvimento das políticas sociais, a fim de possibilitar uma apreensão mais cuidadosa do objeto, dentro das várias determinações da sociedade. O trabalho, entendendo as desigualdades raciais como um dado importante da realidade brasileira e como um subproduto da dinâmica da sociedade capitalista, procurou estabelecer relações entre a superação das desigualdades raciais e as desigualdades sociais, propondo, assim, na luta política, a aliança entre a luta racial e a luta de classes. Neste sentido, a Lei 10639/03 pode configurar-se como um instrumento de luta para o questionamento da ordem vigente, na medida em que coloca em xeque construções ideológicas de dominação, fundadoras da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Políticas educacionais; Políticas de ações afirmativas; Negro e educação; Lei 10639/03; Ideologia.